

A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NO PENSAMENTO DE EDMUND BURKE**THE INFLUENCE OF RELIGION ON EDMUND BURKE'S THOUGHT**Letícia Gonçalves de Mattos¹**RESUMO**

Com o aumento na quantidade e na visibilidade de representantes políticos conservadores no Brasil – e em outros países –, observou-se que grande parte do debate público, pelo menos desde o ano de 2018, vem se dedicando às discussões acerca do vínculo entre religião e conservadorismo político presentes nas pautas e nos discursos de membros dos Poderes Executivo e Legislativo. Tendo isso em vista, este artigo visa problematizar qual seria o papel da religião no pensamento político conservador, a fim de levantar dúvidas comuns a seu respeito e encaminhar reflexões capazes de, na medida do possível, contribuir para o debate.

Palavras-chave: Conservadorismo. Religião. Revolução Francesa. Edmund Burke.

ABSTRACT

With the increase in the number and visibility of conservative political representatives in Brazil - and in other countries - it was observed that a large part of the public debate, at least since 2018, has been dedicated to discussions about the link between religion and political conservatism present in the agendas and speeches of members of the Executive and Legislative Powers. Given this, this article aims to problematize what would be the role of religion in conservative political thought, to raise common doubts about it and forward reflections capable of, as far as possible, contributing to the debate.

Keywords: Conservatism. Religion. French Revolution. Edmund Burke.

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Licenciatura em História em andamento pela Faculdade Única de Ipatinga. mattosleticia@id.uff.br.

INTRODUÇÃO

O tema deste artigo procede da pesquisa de Iniciação Científica que desenvolvo desde 2017 na Universidade Estadual do Norte Fluminense. Durante este tempo, me propus a mitigar as dúvidas sobre os principais aspectos do “pensamento conservador”. Para tanto, realizei pesquisas bibliográficas considerando os autores mais proeminentes neste assunto, como Edmund Burke (1729 - 1797), Michael Oakeshott (1901 - 1990) - e Robert Nisbet (1913 - 1996).

O conservadorismo tem ganhado espaço crescente na política e no debate público brasileiro. Especialmente durante e após as eleições de 2018, em que, pela primeira vez desde a redemocratização, um candidato se declarou de direita e ganhou as eleições. Tal assunto também recebeu destaque em outros países com a ascensão de outros candidatos declarados de direita.

Nos estabelecimentos de produção de conhecimento, em particular, o conservadorismo é, geralmente, avaliado de forma genérica, sendo associado a uma série de outras correntes político-filosóficas. No entanto, o pensamento conservador tem um percurso histórico e propostas sociais e políticas próprias.

Neste artigo descreverei o conservadorismo defendido por Edmund Burke. Seleciono este autor por sua relevância neste pensamento, surgindo como determinante para o desenvolvimento do conservadorismo moderno em meio a Revolução Francesa. Deste autor e do pensamento inaugurado por ele deriva uma parte considerável das ideias em pauta no debate público. Sua influência é notável no surgimento de autores conservadores contemporâneos, nos discursos políticos e no cotidiano dos indivíduos.

Burke nos deixou um legado que percorreu os últimos duzentos anos entre filósofos, cientistas, políticos, discursos e pautas em debate na sociedade. O conservadorismo, enquanto organizador da sociedade, orientação para os políticos e teoria debatida entre filósofos e cientistas políticos é fruto da reação de Burke a Revolução Francesa.

Como já mencionado anteriormente, o conservadorismo tem ganhado espaço nos debates públicos, e com isso, discute-se também as ligações entre a religião e este pensamento político. No entanto, essa influência não se manifesta de maneira clara, aparentemente, poucos autores e/ou pesquisadores tentaram esclarecer tal assunto. William R. Harbour expõe o seguinte acerca da importância deste tema: “Ignorar la importancia de la religión en el pensamiento conservador, o abordar el tema en una segunda instancia, sería violar el espíritu del conservadorismo e imprimir al análisis un sello extraño²” (1982, p. 20).

² Ignorar a importância da religião no pensamento conservador, ou abordar o tema em uma segunda instância, seria violar o espírito do conservadorismo e imprimir na análise um selo estranho (tradução nossa).

Por isso, neste trabalho, a partir das concepções de Edmund Burke acerca da religião, sua utilidade e importância para o corpo social e para os indivíduos, busco problematizar as relações entre política e religião, de modo a escapar do senso comum que insiste em confundir conservadorismo com reacionarismo e a religião como um dispositivo do atraso.

O QUE É CONSERVADORISMO?

O conservadorismo moderno surge com as correspondências entre Edmund Burke e seu interlocutor francês em contraposição à Revolução Francesa. As cartas de Burke se tornaram o livro mais célebre entre os conservadores e demais leitores interessados nesta doutrina político-filosófica. A obra *Reflexões Sobre a Revolução na França* foi publicada originalmente em 1790. Burke assumiu um papel central no surgimento do conservadorismo, de modo que Robert Nisbet³ afirma: “raramente, na história do pensamento, um conjunto de ideias foi tão dependente de um único homem e de um único acontecimento como o conservadorismo moderno o foi de Edmund Burke e da sua violenta reação à Revolução Francesa” (1987, p. 15).

No entanto, o pensamento burkeano remonta a outro filósofo, David Hume (1711-1776), notável pelo seu ceticismo filosófico. Esse ceticismo é um dos principais alicerces do pensamento conservador, principalmente no que tange a descrença na capacidade humana de planejar e prever todos os aspectos de uma sociedade.

De acordo com Robert Nisbet, “o conservadorismo é uma das três ideologias políticas mais importantes dos últimos séculos no ocidente” (1987, p. 9). As outras duas ideologias são o comunismo e o liberalismo. Estas versam sobre a relação entre o indivíduo e o Estado. De outro modo, o conservadorismo adota uma perspectiva que não trata as relações sociais e econômicas considerando somente estas duas entidades, mas evidencia a importância dos grupos e associações intermediárias para além da disputa indivíduo x Estado.

Nisbet (1987, p. 40) utiliza a expressão “poetas do passado⁴” para se referir aos conservadores, afirmando que Burke e Bonald⁵ tinham como exemplo a sociedade medieval. Deste modo, o apelo ao passado na tentativa de buscar um modelo ou inspiração para guiar a sociedade presente é intrínseco ao conservadorismo.

A inspiração dos conservadores no passado feudal fica perceptível quando falamos em autoridade, que de acordo com Nisbet, “é, juntamente com a propriedade, um dos dois principais

³ (1913-1996) Foi um sociólogo americano.

⁴ Expressão empregada por Emile Faguet para se referir aos conservadores.

⁵ (1754-1840) Louis-Gabriel-Ambroise, Visconde de Bonald, foi um filósofo francês adversário do iluminismo e da teoria política em que se baseou a Revolução Francesa.

conceitos da filosofia conservadora” (p. 65).

A liberdade é inseparável de um triângulo de autoridade que não envolve apenas o Indivíduo x Estado, mas também grupos intermediários. São eles: a família, a paróquia, a igreja, a comunidade local. Esta compreensão da autoridade como uma cadeia contribuiu muito para a perspectiva conservadora da sociedade. O conservadorismo valoriza organizações e grupos formados espontaneamente, característica presente nos tempos feudais.

Desejar a preservação destes grupos característicos dos tempos feudais, exemplifica o apelo do pensamento conservador a tradição. Para compreender este apelo, é preciso entender que o conservadorismo valorizará a experiência, a história, em detrimento de teorias abstratas. Tradições são experiências, coisas, valores, instituições já experimentadas, conhecidas. E é dessa confiança na experiência que surgem outros temas significativos para o conservador, como, por exemplo, a ideia de que somos responsáveis pela manutenção do que recebemos de nossos antepassados e do que deixaremos para nossos sucessores. Burke (1982, p. 4) define a sociedade como uma associação entre os vivos e os mortos e os que ainda não nasceram. Aqui, ele quer dizer que os revolucionários destroem o presente, arriscando “não deixar àqueles que virão depois deles nada além de ruína no lugar de uma habitação” (p. 115). Esse entendimento dá base à valorização da tradição. O conservador compreende que o presente não é livre, temos a tarefa de manter o que nos foi entregue e corrigi-lo para a posteridade.

Podemos resumir tal preferência, com a seguinte definição de Michael Oakeshott: “ser conservador é, pois, preferir o familiar ao estranho, preferir o que já foi tentado a experimentar, o fato ao mistério, o concreto ao possível, o limitado ao infinito, o que está perto ao distante, o suficiente ao abundante, o conveniente ao perfeito, a risada momentânea a felicidade eterna” (2016, p. 137).

O cerne da crítica conservadora está em sua ótica de mundo que vê no pensamento racionalista a causa dos malefícios das políticas progressistas. Tal compreensão surge com a forma que o conservador compreende o ser humano, como intelectualmente imperfeito, de modo que a complexidade dos fenômenos sociais não pode ser abrangida e muito menos planejada. Este teria sido o principal erro da Revolução Francesa: “confundir a política com um cálculo matemático” (2014, p. 36). Para Robert Merton (1976, p. 145-55), essa imperfeição ocorre de duas formas, o sujeito pode errar tanto na análise da situação exposta; ou na predileção da ação a ser executada. (Apud Coutinho 2014, p. 37). O conservador será cético quanto a capacidade racional do ser humano e terá essa racionalidade como alvo de muitas críticas. Para Oakeshott, “não é a razão *per se* que inspira a crítica conservadora; é, tão só, a arrogância do racionalismo moderno e a sua ideia nefasta de ‘possibilidade infinita’ na condução racional dos assuntos humanos” (2014, p. 35).

Já fora mencionado anteriormente que o conservador prefere o testado, o concreto, em detrimento do abstrato. Em outras palavras, Nisbet esclarece que:

Para Burke, preconceito é a essência de toda uma maneira de conhecer, compreender e sentir; uma maneira que ele via em contraste total com as maneiras de pensar que floresceram no Iluminismo francês e depois, momentaneamente, na Revolução. Essas maneiras encareciam a razão pura, a dedução estrita do gênero, que se encontra na geometria, e arvoravam a luz da busca individual da verdade contra o que estava consagrado pela tradição e a experiência (1987, p. 57).

O preconceito é uma ideia fundamental no pensamento conservador. É no preconceito que as ações do homem devem se basear, para que não se torne uma sequência de ações incoerentes. Seria, então, a forma mais segura de aderir ou apoiar algo, ou alguma causa. Com base nas tradições, no conhecimento prévio, na sabedoria acumulada, o seres humanos poderiam progredir, tomar decisões rápidas em situações que exigissem celeridade. Isso está associado a preferência do conservador pela história, experiência e questões concretas.

Em resumo, o pensamento conservador compreende que os indivíduos e suas relações sociais estão envolvidos em valores, sentimentos, crenças, e por isto, não devem ser tratadas como mero cálculo matemático. As relações humanas e a própria humanidade são complexas, portanto, não podem ser abarcadas pela capacidade de previsão de um indivíduo ou de um grupo.

EDMUND BURKE: BREVES INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS

Edmund Burke nasceu em Dublin, Irlanda, em janeiro de 1729. Seu pai era advogado e protestante, já sua mãe era católica. Casamentos entre pessoas de diferentes religiões, chamados “casamentos mistos”, não eram incomuns naquele tempo, no entanto, também não eram bem aceitos socialmente. Edmund foi criado como anglicano enquanto sua irmã foi educada no catolicismo.

Seu pai desejava que ele estudasse direito, e após se formar no Trinity College, Burke foi para Londres a fim de, supostamente, realizar o desejo de seu pai. Porém, ele abandonou rapidamente os estudos legais e seguiu seu sonho de se tornar um intelectual, tratando de grandes debates públicos. Burke sempre se viu como um escritor, mas mais tarde, resolveu entrar na vida política por motivos práticos: precisava trabalhar e sustentar sua família.

De acordo com Levin (2017), enquanto intelectual, a primeira obra de Burke foi *A Vindication of Natural Society* (Uma defesa da sociedade natural) publicado em 1756. O livro é uma sátira a argumentação de Lorde Bolingbroke⁶ expressa em sua obra *Letters on the Study and Use of History* (Cartas sobre o estudo e o uso da história) que ganhou notoriedade por sua crítica a

⁶ (1678-1751) Político e pensador Inglês.

religião. Em resumo, Bolingbroke afirmou que todas as religiões eram artificiais, portanto, insustentáveis. Logo, apenas a religião simples e natural, que expressasse somente uma gratidão a Deus, sem pretensão de alcançar as verdades reveladas, seria legítima. Em sua sátira, Burke imitou o estilo argumentativo de Bolingbroke, aplicando o discurso deste à política, recomendando que todas as instituições sociais artificiais fossem abandonadas, na tentativa de demonstrar o que aconteceria com a sociedade se a política e instituições sociais fossem encaradas como Bolingbroke sugeriu que a religião fosse.

No ano seguinte, em 1757, Burke publicou *Uma investigação filosófica sobre as origens de nossas ideias do sublime e do belo*, que lhe rendeu o renome de um dos principais teóricos britânicos da estética, apesar de, após a obra, nunca mais ter tratado deste assunto. Nela, Burke explana que a natureza humana se sustenta em questões sentimentais e não apenas racionais. Tal concepção é basilar no pensamento conservador e na defesa de Burke acerca da vida em sociedade também ser apoiada nas tradições e não apenas em princípios abstratos de direitos e liberdade.

Na vida política, Burke iniciou sendo secretário particular de William Gerard Hamilton, membro do parlamento inglês. Após três anos neste cargo, Burke se tornou secretário particular do marquês de Rockingham. De acordo com Yuval Levin, “Rockingham imediatamente percebeu seu imenso talento e valor — sua erudição, sua prudência e suas consideráveis habilidades retóricas” (2017, p. 21). Com a influência do marquês, Burke se elegeu pela câmara dos comuns em 1765. E lá permaneceu por mais 30 anos. Do momento de sua eleição até sua morte, Burke se dedicou a vida política, se tornando conselheiro dos líderes *Whig*⁷ e se instituiu como uma voz essencial ao partido por conta de sua habilidade retórica.

Burke faleceu em 1797 sem tomar conhecimento dos desdobramentos da Revolução Francesa e de seu impacto na Europa e em todo o mundo, pois tal evento é considerado como a inauguração da Idade Contemporânea. A repercussão da Revolução foi tão significativa que se tornou o divisor entre a idade moderna e os dias atuais.

O CONSERVADORISMO DE EDMUND BURKE

A mais conhecida obra de Burke, *Reflexões sobre a Revolução na França*, é uma resposta a um jovem nobre de Paris que lhe escreveu uma carta com alguns questionamentos. Em seus escritos, Burke defende a constituição e a coroa inglesa, pois alguns de seus principais objetivos eram criticar os ingleses que defendiam a Revolução Francesa, representando uma ameaça para a

⁷ Partido pelo qual foi eleito. Apresentava matriz liberal e se opunha ao partido *Tory*, que era o partido conservador da época.

estabilidade política da Grã-Bretanha, como, por exemplo, o pastor Richard Price, além de tecer críticas sobre os próprios franceses. No entanto, apesar de sua obra se direcionar aos agentes da Revolução Francesa, suas ideias acabaram se tornando referência para outras correntes político-filosóficas, como os contrarrevolucionários-franceses e o conservadorismo liberal na Inglaterra. Isso ocorreu por conta de suas duras condenações ao racionalismo iluminista na política.

É importante salientar que sua obra não é sistemática, de outro modo é dispersa e sem metodologia. Este livro não é um tratado sobre teoria política, nem algo parecido, inclusive, ele salienta que pelo motivo da comunicação ser por carta, seus pensamentos e sentimentos seriam expressos à maneira que surgem em sua mente. Burke a construiu tratando do que mais lhe afligia. No que Sánchez Negro declara: “*Pretender encontrar completa, una teoría del Estado en la obra de Burke, sería tarea vana (...) Lo que sí es posible encontrar en la obra burkeana, es una serie de doctrinas que se mantienen a lo largo de sus escritos, dotándole de una unidad de pensamiento*”⁸ (2010, p. 5).

Burke se mostrou deveras preocupado com o potencial de propagação da Revolução na França para outros países, principalmente para Inglaterra. De modo que Kritsch afirma o seguinte:

Seu objetivo era, antes de tudo, criticar os defensores ingleses da Revolução Francesa, entre os quais estava o pastor dissidente da Igreja Anglicana e filósofo Richard Price (1723- 91), defensor da liberdade de pensamento e do ideal do governo do povo pelo povo, que encarnou como poucos a união do Iluminismo com o Cristianismo (2011, p. 69).

Percebendo que os valores da Revolução Francesa causava deslumbramento aos cidadãos ingleses e o quão nocivos eram ao que Burke prezava, ou seja, a coroa, a constituição e as tradições de seu país, ele se propõe, inicialmente a contestar os argumentos do pastor Richard Price, que apoiava a Revolução Francesa.

Considerando a profissão de Price, Burke censura a prática de sacerdotes utilizarem sua influência entre os fiéis para fins políticos. Ele afirma que: “nenhum som deve ser ouvido na igreja além da voz curadora da caridade Cristã. A causa de liberdade civil e governo civil ganha tão pouco quanto a de religião por essa confusão de deveres” (2012, p. 9). Price argumentava que a Revolução Gloriosa e a Francesa seguiam os mesmos princípios, portanto eram similares. No entanto, é necessário fazer um pequeno esclarecimento. A Revolução Francesa foi muito mais radical, com ampla participação popular e enfrentamento de classes, um exemplo foi a atuação dos Sans-

⁸ Pretender encontrar completa, uma teoria de Estado na obra de Burke, seria perda de tempo (...) o que é possível encontrar em sua obra é uma série de doutrinas que se mantêm ao longo de seus escritos dotando-lhe de uma unidade de pensamento (tradução nossa).

culottes⁹ em Paris. Diversamente, a Revolução Gloriosa não teve ampla participação popular, concentrando suas tensões entre o parlamento e a coroa. Esta foi baseada no sistema de freios e contrapesos, no que, ao final da Revolução, a monarquia permaneceu, diferentemente do caso francês.

Os principais conceitos elencados em sua obra são *conservação* e *correção* em oposição a revolução. Esta é, em resumo, a proposta do conservadorismo, conservar e reformar gradualmente, consertando pequenos defeitos que pode haver nas instituições, sem destruí-las por completo.

Burke compreende que a sociedade é um contrato entre os vivos, os mortos e os que estão para nascer (1982, p. 113), ou seja, compete a nós, no presente, a manutenção da herança que recebemos e a entrega desta herança com as devidas correções e melhoramentos para nossos sucessores. As correções serão necessárias porque o Estado não é inerte, haverá necessidade de mudanças e elas serão cruciais para a conservação da sociedade. No entanto, tais mudanças não podem ocorrer de forma a desconsiderar as tradições e o que recebemos de nossos antepassados. É necessário equilíbrio, prudência, para que valores e instituições essenciais sejam preservados. Burke advogará pela reforma prudente. O modelo ideal de governo para ele é o que consegue conciliar preservação e reforma. Ele afirma: “A raiva e o delírio destroem em uma hora mais coisas do que a prudência, o conselho, a previsão não poderiam construir em um século” (1982, p. 166).

Ele não definirá como a conservação e a correção das coisas devem acontecer. Não há regras atemporais que possam auxiliar nestas necessidades. Sobre isso, recorro a um trecho de seus escritos em que ele trata dos Direitos do Homem, afirmando que:

tanto as restrições aos homens quanto suas liberdades devem figurar entre seus direitos, porém como as liberdades e restrições variam conforme a época e a circunstâncias, e admitem infinitas modificações, elas não podem ser estabelecidas sobre nenhuma regra abstrata (2014, p. 80).

Sobre isso ele afirma: “são as circunstâncias que, na realidade, dão a todo princípio político sua cor própria e seu efeito particular” (2014, p. 30). Pode-se perceber a objeção de Burke a conceitos abstratos que são defendidos sem considerar situações concretas. Essa característica será uma das principais na formação do pensamento conservador, de modo que João Pereira Coutinho (2014, p. 45), salienta: “O agente político necessitará compreender a realidade tal como ela é, e não como deveria ser” (Apud BERLIN, p. 134), para só assim, governar conforme as necessidades reais da sociedade.

⁹ Camada popular que atuou vigorosamente na Revolução francesa, principalmente em Paris. O grupo era formado por artesãos, trabalhadores especializados, lojistas, dentre outros

A necessidade de cautela é categórica quando o assunto é mudança na sociedade. O deslumbramento e o desejo de construir o paraíso na terra provavelmente resultarão na ruína de tudo que está estabelecido e que sempre respondeu razoavelmente bem às necessidades dos indivíduos e de seus grupos. Burke (2014) chama atenção para os riscos das mudanças, afirmando que nem sempre as consequências são imediatas. O que inicialmente aparece como bom, pode se tornar terrível a posteriori, e o contrário também pode ocorrer.

É preciso compreender que as ideias e proposições abstratas são destoadas, pois, a vida prática, a vida real, envolve uma série de outras circunstâncias complexas de paixões, preocupações e outras coisas inerentes a vida humana que, nas palavras do autor: “No instante em que penetram a vida prática, esses direitos metafísicos são como raios de luz que, ao atravessarem um meio denso, sofre, pelas leis da natureza, um desvio de sua linha reta” (BURKE, 2014, p. 81).

Burke, e a partir dele, o pensamento conservador, defendem que as teorias abstratas/metafísicas de direitos sociais, de como a sociedade deve se organizar etc. devem ser tratadas com cautela e jamais dissociadas da realidade empírica. É necessário considerar ser humanamente impossível pensar em todas as adversidades que podem afligir determinada sociedade ao longo do processo, bem como é impossível para um indivíduo ou um grupo abranger toda a complexidade humana. Cada sociedade, cada grupo de pessoas, terá necessidades e anseios diversos. Por isso, antes de implementar qualquer mudança, é necessário recorrer e considerar as tradições, as condições concretas desta sociedade e seus valores fundamentais. Sobre as teorias abstratas dissociadas da empiria, o autor afirma que “é absurdo querer discuti-las como se continuassem na simplicidade de sua condição original” (2014, p. 81).

Aí está o cerne da crítica do autor a Revolução Francesa, segundo ele, os franceses tentaram anular toda a história e construção dessa sociedade a fim de construir uma nova. A crítica a ideia de reconstruir a sociedade como se o passado fosse descartável sintetiza sua crítica ao racionalismo político que compreende a governança por teorias abstratas dissociadas dos valores, tradições e sentimentos predominantes em cada povo. De acordo com ele: “É impossível estimar a perda que resulta da supressão dos antigos costumes e regras de vida. A partir desse momento não há bússola que nos guie, nem temos meios de saber a qual porto nos dirigimos” (1982, p. 102).

Os revolucionários queriam refazer toda a sociedade apoiados num projeto filosófico que se baseava apenas na razão, o que para Burke era impossível, pois era necessário respeitar as estruturas e instituições sociais. Ele demonstrou que sem considerar os preconceitos, o conhecimento acumulado pelos ancestrais, as mudanças deixariam apenas ruínas.

O conservador confia na história, aqui compreendida como experiência, em detrimento de teorias abstratas. Burke não trata das formas ideais de governo, nas palavras de Sánchez Negro, ele

trata de “*las circunstancias de lugar y de tiempo, las que deben determinar la solución de un problema político y no las utopías. De aquí nace la oposición a toda ingerencia de la metafísica en la cosa política, ahí nace su constante repetición del valor de la experiencia*”¹⁰ (2010, p. 5). É dessa confiança na história que surge outros temas significativos para o conservador, como, por exemplo, a ideia de que somos responsáveis pela manutenção do que recebemos de nossos antepassados e do que deixaremos para nossos sucessores. Desta perspectiva, o presente não é livre, pois o recebemos do passado e temos a responsabilidade de entregá-lo ao futuro. Burke critica a destruição perpetrada pelos revolucionários, afirmando que eles arriscam “não deixar àqueles que virão depois deles nada além de ruína no lugar de uma habitação” (1982, p. 115). Para embasar e explicar como o conservador encara o “presente”, Nisbet recorre a um esclarecimento feito por Karl Ludwig von Haller¹¹, na qual ele afirma que os racionalistas compreendem o presente como o começo do futuro, enquanto os conservadores o encaram como “o estágio mais recente alcançado pelo presente num crescimento contínuo e ininterrupto” (1987, p. 51).

Como já supramencionado, Burke tece críticas ao conceito de Direitos do Homem, mas ele afirma que não nega a existência destes direitos, o problema é que os revolucionários deturpam a constituição desse direito. De acordo com ele, “qualquer coisa que um homem individualmente possa fazer sem lesar os demais, tem direito de fazê-lo para si mesmo” (2014, p. 79). Para ele, os Direitos do Homem estão atrelados a existência da sociedade civil, que é resultando na instauração de todos os poderes: legislativo, executivo e judiciário, formando assim o Estado. Um dos motivos elencados por ele para o surgimento da sociedade civil é que “nenhum homem pode ser o juiz de sua própria causa” (2014, p. 80), portanto, o homem não pode usufruir dos direitos da sociedade civil e aspirar desfrutar dos direitos de quando não vivia em sociedade.

Russel Kirk nos lembra que Burke nunca empregou o termo *conservador*. O termo surgiu na França, na era pós-napoleônica, com o objetivo de denominar quem se colocava contra os ideais revolucionários, mas também não se identificavam com os reacionários. Segundo o autor, “por definição, então, o conservadorismo significa a política da prudência e dos usos consagrados tal como apresentados por Edmund Burke para guardar e preservar as instituições do país” (2016, p. 371-372).

¹⁰ As circunstâncias de lugar e tempo é que devem determinar a solução de um problema político, não as utopias. Aqui nasce a oposição a toda interferência da metafísica na política, aí nasce sua constante repetição sobre o valor da experiência (tradução nossa).

¹¹ (1768-1854) foi um jurista suíço, neto de Albrecht von Haller.

O PAPEL DA RELIGIÃO NO PENSAMENTO CONSERVADOR E NA OBRA DE EDMUND BURKE

A religião apresenta destaque no pensamento conservador em geral, tendo essa herança permanecido desde os tempos de Burke. O conservadorismo tem como princípio a ideia de um universo teocêntrico. Conforme Harbour esclarece, essa visão de universo y da posição do homem difere das visões sustentadas pelos liberais, “*La visión mencionada contrasta con la de muchos liberales y radicalizados, para quienes el hombre está solo y en el centro de todo, para quienes ‘el hombre es la medida de todas las cosas*”¹²” (1982, p. 22).

A visão conservadora do que é o homem está intrinsecamente ligada à religião, em especial, ao cristianismo, pois é com base nesta ideia que o conservador constrói seus ideais de ordem, homem e sociedade. Harbour afirma que “*La visión cosmológica que reside en el punto de partida del pensamiento conservador ayuda a determinar su estimación del valor y la importancia del individuo y su consi-deración de las virtudes que este último debe cultivar*”¹³ (1982, p. 23). O autor sustenta que a cosmovisão conservadora acerca do homem se confronta com perspectivas materialistas e deterministas do ser humano.

Os problemas conduzidos pela modernidade e pelo pensamento secular citados pelo autor, como: declinação dos valores tradicionais; revolução sexual que enfraquece os laços familiares; abuso infantil; aumento de abortos, entre outros, fazem com que os conservadores insistam na importância da religião para a estabilidade social e moral, contra o hedonismo.

Enquanto os conservadores compreendem Deus como a medida de todas as coisas, apresentando uma visão teocêntrica do universo, os progressistas/coletivistas compreendem que o homem é a medida de todas as coisas, importando apenas o suprimento de suas necessidades e desejos.

Ao afirmar isso, não se diz que não se pode haver liberais ou coletivistas cristãos, há uma série de grupos religiosos e até clericais para comprovar o contrário. O que se pretende esclarecer aqui é sobre como o conservadorismo compreende e valoriza a religião. E como já fora comentado, o conservador considera a religião como baluarte necessário para a manutenção da ordem e dos princípios morais de uma sociedade. Diferentemente de um liberal que, certamente, compreenderá a religião como uma ilusão necessária em certos momentos da história humana, mas sempre

¹² A visão mencionada contrasta com a de muitos liberais e radicais, para quem o homem está só e no centro de tudo, para quem o homem é a medida de todas as coisas (tradução nossa).

¹³ A visão cosmológica que reside o ponto de partida do pensamento conservador ajuda a determinar sua compreensão do valor e a importância do indivíduo e sua consideração sobre as virtudes que deve cultivar (tradução nossa).

esperando o dia em que o homem *evoluirá* a ponto de não necessitar mais desta. A maior parte dos conservadores, de acordo com Harbour:

*[...] no sólo consideran la práctica de la religión como una necesidad social, sino que también tienen por verdaderas ciertas proposiciones religiosas. Por último, muchos conservadores postulan la necesidad social de una religión a raíz de su propia creencia en un reino trascendente*¹⁴ (1982, p. 28).

Como já comentado anteriormente, o conservador será cético em relação à capacidade de “evolução” da razão humana, e esta postura também influencia na sua compreensão do papel da religião. Para o conservador, a sociedade moderna é desordenada e caminha para o desaparecimento, causada pelo individualismo e pela visão de que *o homem é a medida de todas as coisas*.

No entanto, o pensamento conservador não se reduz a tentar converter todos a dogmas religiosos e moderar o que se costuma chamar de “pensamento crítico”. Harbour esclarece esta questão, de acordo com ele, a orientação religiosa do conservador envolve:

*[...] la creencia en un reino divino de la existencia y tratan de guiar sus vidas y su pensamiento a partir de ciertas verdades trascendentales. Pero aceptan también las limitaciones de la existencia en “el inter-medio”¹⁵ y se percatan de que su contacto con el Ser está muy limitado y por ende siempre se encuentra sujeto a duda*¹⁶ (1982, p. 30).

Outros autores também discorrem sobre o tema, como, por exemplo, Robert Nisbet, que explicará de forma objetiva qual é o papel da religião e até mesmo da Igreja para o conservador. De acordo com ele, a igreja teria a função de controlar o poder do Estado. Ela deveria ser estabelecida e forte, atuaria como controle do poder do Estado e de suas ações arbitrárias. O autor esclarece que “a Igreja é, pois, estabelecida, precisamente da mesma maneira que o governo, a ordem social e o povo, cada um deles é, inevitavelmente, travão dos outros” (1987, p. 120).

Este autor defende que o interessante para o conservador é a religião enquanto uma religião civil, ou seja, é o seu aspecto institucional que atrai os conservadores. Ela seria um elemento dos grupos intermediários, que constituirá um triângulo na disputa que, para o conservador, não se encerra entre indivíduo x Estado.

¹⁴ Não só consideram a prática da religião como uma necessidade social, sendo que também tem por verdadeiras certas proposições religiosas. Por último, muitos conservadores postulam a necessidade social de uma religião a raiz de sua própria crença em um reino transcendente (tradução nossa).

¹⁵ Conceito platônico utilizado por Voegelin.

¹⁶ A crença em um reino divino de existência e tratam de guiar suas vidas e seus pensamentos a partir de certas verdades transcendentais, mas aceitam também o intermédio e percebem que o contato com o Ser está muito limitado, portanto, sempre está sujeito a dúvidas (tradução nossa).

Retornando às considerações de Harbour (1982), este adverte sobre os perigos que o apelo à religião pode acarretar para o pensamento conservador. Ele afirma que há uma propensão dos conservadores em empregar argumentos religiosos, baseados na providência divina para justificar toda e qualquer situação. E ainda ressalta que tal comportamento fundamenta opressões e desigualdades históricas com base nestes argumentos. Não se pode reduzir toda a política e história da sociedade a meros argumentos evocando a providência divina, a vontade de Deus.

O conservador deve ter um posicionamento cético e desconfiado frente àqueles que instigam paixões religiosas e desejam reduzir a complexidade histórica e política a uma visão religiosa de todas as coisas. Esse comportamento empobrece o debate e o próprio pensamento conservador. Sobre isso Harbour faz um alerta:

[...] el conservador debe preocuparse por la falta de decoro de los ministros que usan su púlpito como plata-forma política, debe desconfiar de las pasiones extremas y del pensamiento dogmático que estos intentos suelen engendrar. Al tiempo que rechaza la visión secular del mundo, el conservador debe rechazar también a quienes responden a cada interrogante político con una cita bíblica, para evitar que los asuntos políticos se conviertan en temas religiosos¹⁷ (1982, p. 35).

A objeção do conservadorismo ao pensamento iluminista está intimamente associada à religião professada por Edmund Burke e a sua compreensão do que é o conhecimento religioso. No entanto, é importante salientar que Edmund Burke não defende o “irracional”, sua postura se localiza entre o racionalismo iluminista e o reacionarismo, lhe possibilitando a crítica ao racionalismo sem se associar a defesa de teorias obscuras e transcendentais.

Não obstante, as dificuldades e dilemas que o pensamento conservador enfrenta por conta dessa característica permanecem. Outro ponto salientado por Harbour é, qual religião, exatamente o conservadorismo defenderá? Deveremos escolher entre defender uma teoria geral da existência de Deus ou adotar doutrinas cristãs. Como exemplo ele descreve a seguinte situação hipotética: “*Debe entonces decidir si le interesa más preservar, por ejemplo, una religión nativa en Africa o impulsar el cristianismo¹⁸*” (1982, p. 32). Ambas as opções apresentam implicações, a primeira resulta na abdicação das próprias crenças, a segunda poderá provocar uma instabilidade na sociedade em questão.

Para compreendermos como surgiu essa ligação entre conservadorismo e religião, trataremos agora sobre como este tema se desenvolve na vida e obra do “fundador” do

¹⁷ O conservador deve se preocupar com a falta de decoro dos sacerdotes que usam seus púlpitos como plataforma política, deve desconfiar das paixões extremas e do pensamento dogmático que estes tentam engendrar. Enquanto rechaça a visão secular do mundo, o conservador deve rechaçar também a quem responde a cada questão política com uma citação bíblica, para evitar que os assuntos políticos se convertam em temas religiosos (tradução nossa).

¹⁸ Deve então, decidir se lhe interessa mais preservar, por exemplo, uma religião nativa da África ou impulsionar o cristianismo (tradução nossa).

conservadorismo moderno, Edmund Burke. Veremos que suas experiências durante a infância e juventude influenciaram significativamente o comportamento e pensamento do autor acerca do cristianismo, e essa marca também foi impressa no pensamento conservador.

Durante sua infância, por motivos de saúde, Edmund foi levado para viver com os avós maternos durante cinco anos de sua vida. Após retornar a Dublin, ele foi enviado a escola *quaker*¹⁹ em Ballitore. Esta experiência foi muito importante na formação de seu pensamento e valores. Além de relacionar-se, desde o nascimento, com o catolicismo e o anglicanismo, durante sua infância, Burke teve este estreito contato com os *quakers*. Russell Kirk afirma que “A simpatia de Burke pelos membros da ‘sociedade dos Amigos’²⁰” perdeu ao longo dos anos, e, provavelmente, influenciou sua atividade política posterior em prol dos dissidentes²¹” (2016, p. 145). Outro autor, Yuval Levin, em sua obra *O grande debate: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da esquerda e da direita*, comenta que:

A experiência de ver as diferenças de dogma se tornarem irrelevantes na prática, em função dos laços de afeição familiar e de respeito pelos vizinhos, foi formativa. Pareceu deixar nele uma duradoura sensação de que a vida era mais complicada na prática que na teoria (2017, p. 18).

Fica evidente a importância dessas experiências na formação do pensamento de Edmund, a partir delas poderemos compreender com mais facilidade a atuação de Burke enquanto filósofo e parlamentar, como quando emendou as leis da Irlanda que perseguiram os católicos, amenizando o problema (KIRK, 2016).

Durante sua vida, e após a ela, foi acusado de alterar suas compreensões dos fatos e de se combater antigos partidários e amigos. Mas, tais acusações compreendem equivocadamente suas visões ao longo da vida, que defendiam sempre o equilíbrio entre a conservação e a mudança.

Ele atuou como um reformador quando alguns elementos constitucionais ingleses ameaçam a sociedade, e foi um conservador quando lhe pareceu “que a revolução é a suprema inimiga da reforma” (LEVIN, 2017, p. 13).

Burke se identificava com todas as formas de cristianismo, apesar de vinculado a igreja anglicana, isso ocorreu, muito provavelmente, como consequência de sua educação, Ivone Moreira esclarece esta conjuntura da vida de Burke:

¹⁹ Os *quakers* são grupos religiosos que se originaram num movimento protestante britânico no séc. XVII.

²⁰ Sociedade Religiosa dos Amigos é como os *quakers* são conhecidos como coletivo.

²¹ Grupo que se origina da teologia puritana do séc. XVII, tendo como principalmente característica o apelo a razão e desconsiderando a perspectiva mística do cristianismo.

[...] as ligações afetivas da infância ensinaram-no a amar e a respeitar várias confissões cristãs: o protestantismo, através do anglicanismo do pai e de um anglicanismo dissidente de Abraham Shackleton, seu mestre quacre, o catolicismo, através de sua mãe e da família com quem viveu na infância e, mais tarde, da convivência com sua própria mulher, que era uma católica convertida ao anglicanismo na época do casamento. (2019, posição 4928).

Portanto, ele achava pertinente que todos os cristãos, de todas as subdivisões, se aproximassem a fim de defender o cristianismo das novas ideias seculares e ateias que se manifestavam à sua época, salientando o que os une, em vez de enfatizar o que os separam. De acordo com Burke (1866, 450-451), “Essa guerra religiosa não é uma controvérsia entre uma seita e outra, como foi no passado, mas uma guerra contra todas as seitas e todas as religiões” (Apud MOREIRA, 2019, posição 4945).

Ivone (2019, posição 5018) esclarece que são em seus escritos de juventude nos quais se encontra a sustentação para as ideias que desenvolveria posteriormente. Num de seus textos, um ensaio intitulado *religion*, ele conjectura a existência de uma ligação entre os homens, já que são criaturas de um mesmo Criador. Esta vinculação, seria, então, o primeiro pilar da moralidade

Para Burke, o homem é um animal religioso porque este é pobre, naturalmente inferior a Deus, e por isso, necessita retribuir toda graça recebida deste Ser Divino. Esta relação se estabelece pela necessidade humana, como ser indigno, de que Deus atenda suas necessidades. Nas palavras de Ivone Moreira,

No caso da relação com Deus, Ele provê a uma humanidade que se reconhece necessitada e, por isso, devedora. A virtude da humildade e a confiança de que Deus quer e pode suprir as carências do homem são o fundamento legítimo dos deveres que o homem tem para com Deus (2019, posição 5043).

O segundo pilar da moralidade está na possibilidade de o homem afastar suas ambições e desejos. A preocupação com a vida após a morte, enfatizada pela religião, auxilia na diminuição do egoísmo, pois o homem passará a não ficar deveras angustiado com as questões da vida terrena, já que estará mais preocupado com a vida eterna. Burke afirma que as melhores decisões e escolhas serão tomadas “quando o povo se vir livre de toda ambição egoísta, estágio em que ser-lhe-á impossível chegar sem religião” (1982, p. 115).

Para Burke a religião ocupa papel central no desenvolvimento e conservação da sociedade. Além de ser um grupo intermediário, como já comentei anteriormente, a religião também será um baluarte do preconceito. Me refiro ao preconceito como definido pelos conservadores e pelo próprio Burke, ou seja, o conhecimento acumulado pela sociedade, o conhecimento da vida real, e não criado em um gabinete de algum intelectual. De acordo com o autor, “a religião é a base da sociedade civil e a fonte de todo o bem e de toda a felicidade” (1982, p. 112). Ele argumenta que o homem é essencialmente um animal religioso, sendo o ateísmo não só contra a razão, mas também

contra nossa natureza. A religião é, então, fonte de orgulho e fundamento da civilização, não apenas dos ingleses, mas de diversos outros países.

Para explicitar a pertinência desta instituição, Burke se propõe a explorar a organização eclesiástica inglesa. Ele sustenta que a Igreja Anglicana é o primeiro dos preconceitos dos ingleses. A Inglaterra foi fundada sobre esse sistema religioso, afirma ele. Além de construir o edifício do Estado, o sentimento religioso também o protegeu da ruína.

A honestidade, o caráter, e a elevação moral necessárias para quem exerce no Estado funções relevantes, são também solicitadas e instigadas pela Igreja inglesa. Portanto, a igreja cativou nestes homens princípios elevados e magníficos garantindo a boa condução do Estado, visto que esses homens compreendem serem simples representantes que ao final do trajeto terão de prestar contas a Deus.

No entanto, este princípio religioso deve estar ainda mais enraizado no povo que no monarca, pois, apesar de sua soberania, ele encontrará obstáculos e dificuldades, e isso impedirá que seu poder seja absoluto. Ele terá de respeitar determinadas fronteiras e não cometer abusos, pois neste caso, ele sequer estará seguro, portanto, podem ser imputados por suas ações, sendo depostos por seus próprios súditos ou pelo seu próprio exército, como ocorreu em França.

De outro modo, quando o povo detém poder absoluto, por ela ser mais bem fundamentada, encontra-se uma confiança infinitamente maior. E, diferentemente do monarca, não se preocupa com a reputação e estima pública. Burke esclarece que o povo não teme a punição, ninguém se aflige pensando que pode ser objeto de castigo exemplar, de acordo com ele, “é evidente que o povo em massa jamais pode experimentar esse temor, pois, como todos os castigos têm por objeto dar exemplos para a segurança do povo, este não pode jamais vir a ser sujeito de punição infligidas por alguma mão humana” (1982, p. 114). Por esta razão, os valores religiosos são ainda mais importantes na formação do caráter dos súditos que do próprio príncipe.

Burke acreditava que a religião era fundamental na formação do caráter da sociedade, na conservação e manutenção desta, de seus valores e instituições. Tal pensamento pode ser verificado na seguinte passagem:

Quando o povo se vir livre de toda ambição egoísta, estágio em que ser-lhe-á impossível chegar sem religião; quando tiver consciência de que exerce - e talvez em grau mais alto na ordem da delegação - um poder que, por ser legítimo, tem de estar de acordo com essa lei eterna e imutável, na qual a vontade se confunde com a razão, ele tomará mais cuidado ao colocar esse poder em mãos vis e incapazes. Quando nomear aos cargos públicos, não confundirá o exercício da autoridade com atividades desonrosas, mas sim como funções sagradas. Não tomará decisões segundo sugestões de um sórdido egoísmo, de um cego capricho, ou de uma vontade arbitrária, mas conferirá esse poder (que todo homem treme em dar ou em receber) àqueles somente em que ele poderá discernir essa proporção predominante de virtude ativa e de sabedoria, fundadas conjuntamente e apropriadas à

função, tal como deve ser encontrada, na grande e inevitavelmente misturada massa de imperfeições e enfermidades humanas (1982, p. 115).

Para ele, é através dos valores religiosos que o povo conseguiria extirpar da mente de seus governantes a peste do erro e do vício. Ele explica que uma das ideias mais norteadoras que se aplica às coisas públicas e as leis, é o medo de que os indivíduos que usufruem temporariamente não valorizem o que receberam de seus ancestrais ou com o que devemos deixar para nossos sucessores e ajam como mestres absolutos, de forma a colocar em perigo o edifício da sociedade, arriscando deixar para o futuro nada além de ruínas. Por esses motivos, os ingleses decidiram consagrar o Estado. A ligação entre Igreja e Estado é intrínseco à organização política inglesa, portanto, a religião não é um simples acessório do Estado, mas parte essencial da natureza estatal. Não é algo que pode ser descartado com celeridade.

É importante salientar que o pensamento de Edmund Burke acerca da ligação entre Igreja e Estado decorre da própria história da Inglaterra que desde Henrique VIII, tem o anglicanismo como religião oficial do Estado. Para ele (1866, p. 396), a liberdade na Inglaterra tem forte influência do cristianismo, “embora também já tivesse havido a necessidade, no reinado de Henrique II, em 1154, de restringir o poder da Igreja para fortalecer o Estado, uma vez que aquela competia pelo poder temporal” (Apud MOREIRA, 2019, posição 5291). Tal exemplo citado pelo autor (1866, p. 455) é acrescentado por um outro exemplo importante no qual o contrário ocorre, em vez de o Estado limitar o poder da Igreja, a Igreja é quem limita o poder do Estado, “em 1213 o papa Inocêncio III, por meio de seu enviado, não se limitou a exigir a correção das injúrias que o rei João tinha feito à Igreja, mas o obrigou a jurar corrigir os aspectos civis de seu governo, sobretudo o obrigou a não lançar impostos sem o consentimento das Cortes e a não punir ninguém sem o sujeitar a julgamento no tribunal” (Apud MOREIRA, 2019, posição 5296). Nesta ocasião, em 1213, o papa defendeu o que hoje consideramos primordial em qualquer democracia.

A circunstância da igreja no Reino Unido traz questões pertinentes, não apenas sobre o pensamento de Burke, mas sobre o juízo de qualquer anglicano, Moreira ressalta, “a questão que verdadeiramente subsiste é se um anglicano pode apresentar uma consideração apolítica da religião” (2019, posição 5429). Deste modo, parece ser inerente a todo inglês, por conta de toda a história e relação entre Igreja e Estado, uma opinião política a respeito da religião.

É importante salientar que Burke não propõe uma forma de desfrutar da religião, como um utilitarista que vê vantagens na formação moral do cristianismo e deseja utilizá-la para fins práticos. É intrínseco ao pensamento burkeano a noção de que o homem foi criado para estabelecer tais relações com Deus, e que seguir este caminho é natural e necessário. Ivone Moreira resume este pensamento, em suas palavras:

[...] dos benefícios da religião para a humanidade e para a sociedade política estão presentes, por um lado, a ideia de que o homem precisa de Deus para se realizar como ser humano e, por outro lado, o princípio, que não é novo em seu pensamento, de que sem a existência de Deus nenhuma moral é consistente e que sem moral consistente é impossível a sociedade política (2019, posição 5392-97).

O papel da religião, para Burke, é o da correção moral do homem e sua elevação espiritual. Os benefícios trazidos para a sociedade são apenas consequências, não o seu fim último. Além disso, Burke é um teórico político, não um teólogo, por isso é esperado que ele faça uma avaliação política da religião, não se restringindo a uma análise teológica sobre assuntos transcendentais.

O tema *religião* compõe um dos mais extensos capítulos de sua obra, *Reflexões sobre a Revolução na França*. Somente por esta característica, pode-se imaginar o quanto isso prevalecia em seus pensamentos. Tarnawski afirma que Burke “*estaba convencido de que tanto las reformas constitucionales como las revoluciones eran una manera de despejar el camino para acabar con el Reino, que era el obstaculo que impedía llevar a cabo la destruction de la religion cristiana*”²², (2011, p. 124). Como já citado anteriormente, Burke argumentava que as várias denominações cristãs deveriam se unir para lutar contra o avanço do ateísmo, este não via diferenças entre as denominações cristãs, repelindo a todos igualmente.

Por outro lado, alguns autores compreendem as ideologias políticas como meras substituições da religião, no entanto, com o mesmo formato de crença, uma “religião terrena”. Um autor pouco conhecido no Brasil, mas referência de intelectual do séc. XXI na Europa e nos Estados Unidos, John Gray também expressa considerações parecidas. Em sua obra, *Missa Negra*, ele manifesta que as novas teorias políticas modernas são utopias que partem das mesmas premissas da religião cristã. Sobre os projetos políticos que ganharam força nos séculos XX, ele afirma que, “Apesar de ser apresentada nas roupagens da ciência social, esta crença de que a humanidade estaria no limiar de uma nova era não passa da mais recente versão de crenças apocalípticas que remontam as épocas mais antigas” (GRAY, 2008, p. 11-12). Aparentemente, quando se abole a religião, cria-se “religiões políticas” que buscarão o céu na terra.

Tratamos aqui sobre as considerações acerca da importância da religião no pensamento conservador, e do destaque que Burke dava ao cristianismo. A partir disso, muitos podem questionar se Burke defendia que localidades remotas devessem ser catequizadas e convertidas ao cristianismo por meio das forças do império britânico.

A este ponto, Burke (1966, p. 42-43) não deixará dúvidas sobre sua defesa com relação à separação entre igreja e Estado, pois “nenhum governante deverá ‘tiranicamente impor seu modo de

²² Estava convencido de que tanto as reformas constitucionais como as revoluções era uma maneira de abrir o caminho para acabar com o reino, que era o obstáculo que impedia levar a cabo a destruição da religião cristã (tradução nossa).

ver, reprovando o vasto e predominante conjunto da população, não prestando atenção a suas opiniões e preconceitos estabelecidos” (Apud MOREIRA, 2019, posição 5521). Agindo conforme o que defendia, quando se tratava de locais sob o domínio britânico, Burke os defendeu e foi reconhecido por isso. Ele denunciou as injustiças cometidas pela administração da coroa na Índia, apoiando o *impeachment* do general Warren Hastings da Companhia Britânica das Índias Orientais. No que Nisbet argumenta: “a preocupação de Burke, repetida nos seus discursos sobre os colonos americanos ou sobre os povos da Índia e da Irlanda, era a liberdade dos seres humanos de viverem com os seus próprios costumes e tradições” (1987, p. 65).

Burke foi um notável parlamentar do partido Whig, partido liberal da época. E como tal, durante sua vida, advogou em favor da diminuição dos poderes da coroa, e pela liberdade dos indivíduos. Posteriormente, após sua contundente crítica à Revolução Francesa, Burke foi acusado de trair seus ideais e reagir contra antigos amigos de partido. Para os progressistas, a Revolução Francesa é apenas a cópia da Gloriosa, sobre isto Burke responde elencando suas diferenças que já foram rapidamente mencionadas no início deste artigo.

TENSIONANDO O PAPEL DA RELIGIÃO NO PENSAMENTO CONSERVADOR

A religião é uma característica humana e pode ser observada durante toda história. Sociólogos e antropólogos trataram deste assunto das mais variadas formas. Durkheim salienta que os primeiros sistemas de representação produzidos pelo homem são de ordem religiosa, sendo fundamental ao ser humano, de tal forma que colaborou na formação do espírito humano. Para ele, “os homens não lhe devem apenas, em parte notável, a matéria de seus conhecimentos, mas igualmente a forma segundo a qual esses conhecimentos são elaborados” (1996, p. 15).

Até o final da idade média, a religião ocupou uma posição distinta na sociedade, de modo que indivíduos nasciam imersos na religião, portanto, era por meio da ótica religiosa que enxergavam e compreendiam todas as coisas. As regras, leis, comportamentos, o conhecimento, toda administração da sociedade era predominantemente influenciada pela igreja católica.

Com o advento da reforma protestante, o monopólio da igreja católica se desestruturou. A partir disto, surgiram discussões sobre a existência ou não de Deus, abrindo espaço para outras especulações não só presas ao dualismo entre existência ou não de Deus, mas também acerca de como seria Deus, se estaria ou não preocupado com a vida humana, se interferiria ou não nos assuntos terrenos. Até surgirem teorias antropocêntricas, nas quais o homem é o centro da vida, que não necessita de nenhum deus, sendo fruto de uma evolução e não mais uma criatura divina.

Com a ocorrência da Revolução Francesa e a amplificação do Pensamento Iluminista instituiu-se a Idade Moderna. Com a revolução industrial, o avanço da ciência e a exploração de outros continentes, o conhecimento propagado pelo cristianismo perdeu credibilidade frente a crença ilimitada na razão humana.

A Reforma Protestante também influenciou a secularização da sociedade, de acordo com Weber (2004), pois, passou-se a buscar uma prática mais racional da fé, como por exemplo, a crença de que a salvação é individual ou consequência de uma predestinação, como defende Calvino. Weber narra novos costumes inaugurados pelos protestantes que contribuíram para aceleração da secularização da sociedade:

O puritano genuíno ia ao ponto de condenar até mesmo todo vestígio de cerimônias religiosas fúnebres e enterrava os seus sem canto nem música, só para não dar trela ao aparecimento da superstition, isto é, da confiança em efeitos salvíficos à maneira mágico-sacramental (2004, p. 96).

Alguns podem pensar e argumentar que o avanço tecnológico fez da ciência a religião dos tempos modernos. Não se espera mais que a religião solucione problemas, cure doenças, eleve a consciência moral dos homens, na contemporaneidade se espera tudo isso da ciência. Não é difícil encontrar propagandas ou pessoas que pensem que a ciência, a educação, o avanço tecnológico tornará os homens melhores e consequentemente melhorará a vida em sociedade.

No entanto, Hannah Arendt discordará desta matéria. Para ela, é equivocado crer que na modernidade tenhamos uma religião secular. Arendt (2005, p. 102) adota a definição ortodoxa de secularização, que em suas palavras é:

[...] antes de mais nada, simplesmente a separação entre a religião e a política, e isso afetou ambos os lados de maneira tão fundamental que é extremamente improvável que haja ocorrido a gradual transformação de categorias religiosas em conceitos seculares que os defensores da continuidade ininterrupta procuram estabelecer. (Apud ECCEL, 2018, p. 123).

Portanto, para Arendt, vivemos sim numa sociedade secular, ou seja, onde há separação entre Igreja e Estado. Sempre que a autora trata do tema religião e política, ela demonstra preocupação, uma preocupação voltada para as consequências das influências da religião na política. De acordo com ela, vivemos em um estado de dúvidas e não de certezas em relação à fé. Arendt demonstra incômodo quando a esfera religiosa se dissemina para o campo político. Arendt (2008, p. 43) assinala:

No momento da ação, para nosso desconforto, revela-se, primeiramente, que o “absoluto”, aquilo que está “acima” dos sentidos – o verdadeiro, o bom, o belo, não é apreensível, porque ninguém sabe concretamente o que ele é. Não há dúvida de que todo mundo tem

dele uma concepção, mas cada um o imagina concretamente como algo inteiramente diferente. Na medida em que a ação depende da pluralidade dos homens, a primeira catástrofe da filosofia ocidental, que em seus últimos pensadores pretende, em última instância, assumir o controle da ação é a exigência de uma unidade que por princípio se revela como impossível, salvo sob a tirania. Segundo, que para servir aos fins da ação qualquer coisa serve como absoluto – a raça, por exemplo, ou a sociedade sem classes e assim por diante. Tudo é igualmente conveniente, “qualquer coisa serve”. (Apud ECCEL, 2018, p. 122).

Pode-se associar o que a autora chama de “absoluto” ao fenômeno religioso, pois a concepção de “absoluto” é “aquilo que está acima dos sentidos”, “o verdadeiro, o bom, o belo”. Daiane Eccel afirma que:

É em função do absoluto, fundado por Platão e pelo seu mundo das ideias, que a tradição de pensamento político nunca encontrou aquilo que Arendt chama de “conceito puro” de política (*reinen Begriff des Politischen*), ou seja, um conceito de política depurado de qualquer resquício metafísico (ECCEL, 2018, p. 122).

Hannah percebeu este problema relacionado ao absoluto em diversas situações. Como, por exemplo, na Revolução Americana. O espírito revolucionário é de caráter fugaz, e desaparecerá. Isso ocorre porque, após uma revolução, após a autoridade suprema ser destituída, surge a necessidade de que algo externo a política ocupe esse lugar de autoridade novamente. Outro exemplo é o caso francês, no qual o monarca era a própria fonte da lei e o símbolo de autoridade suprema, após sua decapitação, surgiu a questão, o que colocar no lugar? “O problema aqui está no fato de que nem o poder e nem a lei surgem *ex nihilo* e tampouco não surgem per se. Se, antes, a vontade do monarca era a fonte da lei, como fundamentá-la quando a Revolução Francesa decapitou o rei?” (ECCEL, 2018, p. 119). Isto ocorre porque a lei e o poder não existem *per se*. É uma herança comum no pensamento ocidental.

Arendt acreditava que a superação do absoluto é possível, sendo a falta de autonomia da política frente ao transcendente gera efeitos negativos na política. A autora traçará em seus escritos as possibilidades de superar a necessidade do absoluto, ela aponta para as funções relevantes dos mitos. Mas, neste caso, não são os adaptados pela igreja, são mitos que tiram a sacralidade do absoluto.

É necessário esclarecer que este papel da religião não é consenso entre os conservadores. Esta defesa não será vista em todos os autores deste pensamento. A título de exemplo, pode-se citar o conservador e inglês Michael Oakeshott. Ele rompe com qualquer definição de conservador que nos faz pensar em lordes ou pessoas religiosas. Para ele, o ser conservador está associada a interpretação da realidade, mais que a questões religiosas ou de concepções morais. Ser conservador é a valorização da experiência, que fora testada milhares de vezes durante toda a história.

Seu posicionamento difere de tal maneira do que se costuma entender como “conservador”, que em um artigo do jornal *Gazeta do Povo* que tratava do autor, separou um tópico para comentar rapidamente sobre “o conservador secular” que foi Michael Oakeshott, Pedro Henrique (2020) afirma que **ele abdica da religião como fator unitivo ou classificativo** e não apela para nenhum jusnaturalismo.

Em seu ensaio, *ser conservador*, Oakeshott (2016, p. 174) é afiado ao afirmar que:

A função do governo não reside em impor outras crenças e actividades aos seus súbditos, da mesma forma que não deve protegê-los nem educá-los; nem em fazê-los melhores ou mais felizes de outra forma; nem em comandá-los ou estimulá-los à acção; nem guiá-los nem coordenar as suas actividades de modo a que não se produza nenhuma ocasião de conflito. A função do governo consiste, simplesmente, em governar. Esta é uma actividade específica e limitada, facilmente corruptível quando combinada com outras e, dadas as circunstâncias, indispensável.

Ele não deixa brechas para discussões acerca das benesses da religião para a sociedade. Tal situação é conhecida e comentada por William Harbour, que também reconhece e alerta para os problemas que a ligação entre pensamento conservador e religião podem acarretar:

*Debido a su orientación religiosa el conservadorismo corre el peligro, como en el caso de Maistre, de verse reducido a un sistema teológico, lo que lleva a otros pensadores conservadores, como es el caso de Oakeshott, a guardar silencio en lo que hace a esa orientación o a propiciar su separación de la definición de conservadorismo*²³ (1982, p. 33).

Os problemas de associar tão intensamente conservadorismo e religião são levantados e reconhecidos pelos próprios autores conservadores. Não se pode dizer que é um assunto encerrado e que todos coadunam desta mesma ideia. O que não se verifica na realidade.

Como citado anteriormente, Harbour alerta para o perigo de se reduzir o pensamento conservador e as discussões políticas à dimensão religiosa. Ele afirma que isso ocorre com considerável assiduidade, de modo que os muitos conservadores justificam condições históricas argumentando em favor da providência divina. Harbour adverte:

*[...] a menudo, con ello se pretende justificar ciertas desigualdades o se intenta, no *sin ambigüedad, racionalizar ciertas formas de opresión. Lo que ocurre es que muchas veces se produce una identificación enferma de la voluntad del individuo con la voluntad de Dios*²⁴ (1982, p. 33).

²³ Devido a sua orientação religiosa o conservadorismo corre perigo, como no caso de De Maistre, de ver-se reduzido a um sistema teológico, o que leva outros pensadores conservadores, como o caso de Oakeshott, a manter silêncio sobre essa relação ou promover sua separação da definição de conservadorismo (tradução nossa).

²⁴ Frequentemente, com ele se pretende justificar certas desigualdades, ou se tenta racionalizar certas formas de opressão. O que ocorre é que muitas vezes se produz uma identificação doentia da vontade do indivíduo com a vontade de Deus (tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos perceber que a relação entre religião (principalmente o cristianismo) e conservadorismo é uma questão real para grande parte dos autores conservadores. A proposta de Edmund Burke é de que a religião aja de forma institucional na construção do pensamento e do comportamento dos indivíduos que compõem a sociedade. Isso me faz lembrar do Theodore Dalrymple, médico psiquiatra inglês que, apesar de ateu, defende os valores cristãos e critica sanções demandadas contra estes²⁵. Em seu livro *Nossa cultura ou que restou dela*, o autor faz uma breve reflexão sobre o pensamento moderno de substituição da compreensão religiosa acerca do homem, pela compreensão secular. Nas palavras dele:

A atual falta de compreensão religiosa sobre a condição humana — que o homem é uma criatura caída para o qual a virtude é necessária, embora nunca completamente alcançável — representa uma perda, e não um ganho, para uma verdadeira sofisticação da vida. Seu substituto secular - a crença na perfeição da vida na Terra por meio da extensão sem limites do leque dos prazeres - não é apenas imaturo por comparação, mas muito menos realista em sua compreensão da natureza humana (2015, p. 63).

A proposta de Edmund Burke é viável e ponderada, no entanto, pode acarretar alguns problemas como salienta Harbour. Os conservadores podem resumir todos os assuntos políticos à providência divina, o que não só empobrece o debate como o encerra, pois, afinal, como dialogar sobre desafios históricos, de diferentes sociedades com pessoas ou grupos que sentenciarão que “é a vontade de Deus”?

No Brasil, temos outro exemplo de conservador ateu, o Luiz Felipe Pondé, uma das poucas mentes sóbrias no meio destes debates políticos, ideológicos e acadêmicos. Quando se trata das questões brasileiras, tendo a acreditar que tais definições de conservadorismo não se aplicam, os ditos “conservadores” não apresentam ceticismo, prudência e espírito de temperança. Estão sempre numa corda bamba que divide democracia e autoritarismo. No conservadorismo brasileiro falta ceticismo, falta a compreensão do homem como intelectualmente imperfeito.

Pode-se pensar que tais problemas decorram do fato de que o Brasil seja um país pobre e muito menos desenvolvido em diversos aspectos quando comparado ao Reino Unido ou qualquer outro país europeu. No entanto, o conservador e professor universitário, João Pereira Coutinho argumenta: “Mas mesmo países com níveis de desenvolvimento mais modestos têm muito a aprender com a atitude conservadora: na recusa de soluções utópicas; na desconfiança ante um poder político que se considera onipotente” (Coutinho, 2014). São exatamente nestes pontos que

²⁵ Tal crítica pode ser vista em um artigo escrito pelo autor sobre um prefeito francês que se negou a erguer a árvore de Natal. <https://www.city-journal.org/french-mayor-pierre-hurmic-axes-christmas-tree>

vejo os conservadores brasileiros falharem. Talvez porque não sejam de fato conservadores, decerto, como tantas outras questões, o conservadorismo no Brasil também não tenha se desenvolvido.

Percebo que a única questão em que a situação do Brasil se assemelha é sobre o que foi tratado neste artigo acerca do perigo da religião neste pensamento. Por fim, não apresentarei respostas à estas questões pelo simples fato de não as ter.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. São Paulo: EDIPRO, 2014.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4548598/mod_resource/content/2/Edmund%20Burke-Reflexoes%20Sobre%20a%20Revolucao%20Em%20Franca.pdf. Acesso em: 15 Fev. 2020.

DALRYMPLE, Theodore. O Que Há de Errado com Nádegas Reluzentes?. In: **Nossa cultura... ou o que restou dela: 26 ensaios sobre a degradação dos valores**. São Paulo: É Realizações, 2015. p. 62-73. Disponível em: <https://elivros.love/livro/baixar-livro-nossa-cultura-ou-o-que-restou-dela-theodore-dalrymple-em-epub-pdf-mobi-ou-ler-online>. Acesso em: 25 abr. 2021.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ECCEL, Daiane. Hannah Arendt e o problema da secularização na fundação de novos corpos políticos. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 41, n. 2, p. 119-136, Jun 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131732018000200119&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 Abr. 2021.

HARBOUR, W. R. **El Pensamiento Conservador**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano S.R.L, 1985. Disponível em: <http://library.lol/main/F98412C078A9ECBD88FC5CB3789BDEC4>. Acesso em: 11 abr. 2021.

KIRK, Russel. **Edmund Burke - redescobrimo um gênio**. São Paulo: É Realizações, 2016.

Disponível em: <http://library.lol/main/9C3C4B2AA62C82DC247533C2C2732BEC>. Acesso em: 10 Abr. 2021.

KRITSCH, Raquel. Política, religião, revolução e soberania em Reflexões sobre a revolução em França do conservador E. Burke. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 123, p. 68-83, 2011.

LEVIN, Yuval. **O grande debate: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da esquerda e da direita**. Rio de Janeiro: Record, 2017. Disponível em: <http://library.lol/main/A927235320F790E1F79E9DB3F2D1CD0C>. Acesso em: 22 Dez. 2020.

MOREIRA, Ivone. **A Filosofia Política de Edmund Burke**. São Paulo: É realizações, 2019. E-book

NEGRO, María Begoña Sánchez. Edmund Burke: ideário político. **Revista de Claseshistoria**, n. 4, p. 2, 2010.

NISBET, Robert. **O Conservadorismo**. Lisboa: Editora Estampa, 1987. Disponível em: <https://felipemaiasilva.files.wordpress.com/2016/05/nisbet-r-o-conservadorismo.pdf>. Acesso em: 02 Mar. 2020.

OAKESHOTT, Michael. **Conservadorismo**. Belo Horizonte: Âyiné, 2016.

TARNAWSKI, E. Edmund Burke y la ciencia de la política. In: **Cuadernos De Pensamiento Político**, n 32, 101-134, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23045794>. Acesso em: 23 Abr. 2021.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo : Companhia das Letras, 2004.

Matérias jornalísticas

ALMEIDA, M. R. Todos são conservadores, diz João Pereira Coutinho, que lança livro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Abr 2014. Disponível em: <http://folha.com/no1445882>. Acesso em: 25 abr. 2021.

ALVES, P. H. Michael Oakeshott, o conservador rebelde. **Gazeta do Povo**, Nov. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/michael-oakeshott-o-conservador-rebelde/>. Acesso em: 21 Abr. 2021